

Sumário

Introdução.....	1
1 – O Reconhecimento	11
1.1 – Reconhecimento e seus multissignificados	12
1.2 – O reconhecimento como processo histórico.....	14
1.3 – A noção de reconhecimento na filosofia	21
1.4 – O reconhecimento em Axel Honneth.....	27
1.4.1 – A três esferas do reconhecimento na teoria de Honneth.....	33
1.5 – O reconhecimento em Charles Taylor	38
1.5.1 – A importância da autointerpretação.....	41
1.5.2 – Reconhecimento, identidade e multiculturalismo	44
1.6 – O reconhecimento em Paul Ricoeur	47
1.7 – O reconhecimento como direito	51
1.7.1 – O reconhecimento no constitucionalismo pátrio.....	57
2 – A Memória.....	63
2.1 – A interdisciplinaridade da memória humana.....	66
2.1.1 – A memória como objeto da História e das Ciências Sociais	67
2.1.2 – A memória como função biológica.....	72
2.1.3 – As novas questões da memória para a Neurociência	75
2.2 – As noções da memória na filosofia.....	82
2.3 – A relação entre reconhecimento e memória	91
2.3.1 – O sujeito do reconhecimento e da memória.....	94
2.3.2 – Identidade, linguagem, temporalidade e alteridade: uma relação entre reconhecimento e memória	98

2.3.2.3 – A temporalidade.....	106
2.3.2.4 – A alteridade.....	108
2.4 – A tutela jurídica da memória	112
3 – Os Direitos da Personalidade	119
3.1 – A moderna noção de pessoa para o Direito	120
3.2 – A personalidade juridicamente tutelável.....	128
3.3 – A repersonalização do Direito Civil.....	133
3.4 – Os direitos da personalidade, os direitos fundamentais e os direitos humanos.....	140
3.5 – O instituto dos direitos da personalidade	145
3.5.1 – O direito geral de personalidade	151
3.5.2 – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade.....	156
3.6 – O direito à memória e o direito ao reconhecimento compreendidos como direitos da personalidade.....	160
4 – O Direito ao Esquecimento	169
4.1 – O conceito do direito ao esquecimento.....	173
4.2 – O direito ao esquecimento na jurisprudência.....	178
4.2.1 – O direito ao esquecimento na jurisprudência pátria	185
4.3 – Normatividade do direito ao esquecimento.....	190
4.4 – Argumentos contrários ao direito ao esquecimento.....	194
4.5 – Por uma adequada compreensão do direito ao esquecimento	201
4.5.1 – O direito ao esquecimento como direito da personalidade....	206
4.5.2 – O direito ao esquecimento e a resolução dos seus problemas...	210
4.5.3 – A adequada aplicação da ponderação de interesses para os casos de direito ao esquecimento	217

5 – O Direito de ser Lembrado.....	227
5.1 – O direito de ser lembrado: uma justificativa filosófica	231
5.1.1 – O reconhecimento como fundamentação.....	232
5.1.2 – A defesa da narrativa pessoal: a importância da memória.....	236
5.1.3 – Temporalidade, linguagem, identidade e alteridade	243
5.2 – O direito de ser lembrado: um instituto jurídico	246
5.2.1 – A natureza jurídica.....	249
5.2.2 – O conceito jurídico	252
5.3 – A vitaliciedade e a (in)transmissibilidade do direito da personalidade de ser lembrado	258
5.3.1 – A proteção jurídica dos direitos da personalidade no post mortem	262
5.3.2 – O direito de ser lembrado como direito de personalidade no post mortem	267
5.4 – A herança digital	278
5.4.1 – A herança digital compreendida sob o enfoque do direito de ser lembrado.....	284
5.5 – A família unipessoal.....	293
5.6 – O direito ao esquecimento e o direito de ser lembrado	301
5.6.1 – A autodeterminação informativa	303
5.6.2 – As escolhas narrativas	308
5.6.3 – O direito ao esquecimento como espécie do direito de ser lembrado.....	313
Conclusão.....	321
Referências	341